

ANEXO I

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade aquele que garante proteção integral – moradia, alimentação, higienização para crianças e adolescentes necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e acolhidos em Atendimento Integral Institucional.

DESCRIÇÃO: A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

- Acolhimento provisório para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos. Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos), devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta.
- O serviço deverá ser organizado segundo princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1. Atendimento em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes.

2. Atendimento em Unidade Institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

AMBIENTE FÍSICO: Espaço para moradia, endereço de referência, cômodos adequados para acomodação de acordo com idade e sexo, espaço de sala de estar e convívio social / lazer, alimentação nutricional adequada, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, higiene pessoal, vestuário e pertences/material escolar. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT.

RECURSOS: Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computador, impressora, telefone, camas, colchões, roupa de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, brinquedos, entre outros. Materiais pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; *Cadastro Único dos Programas Sociais, este de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*; Cadastro de Beneficiários do BPC.

HUMANOS: – conforme previsto na NOB-RH/SUAS).

1) ATENDIMENTO EM PEQUENOS GRUPOS

- Abrigo Institucional - Equipe de referência para atendimento direto. PROFISSIONAL / FUNÇÃO

ESCOLARIDADE QUANTIDADE

Coordenador nível superior ou médio 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos.

Cuidador nível médio e qualificação específica 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, idade inferior a um ano, dentre outros, legalmente comprovado). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação:

- a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
- Auxiliar Cuidador nível fundamental e qualificação específica 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, idade inferior a um ano, dentre outros, legalmente comprovadas). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação:
- a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;
 - b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

ESPECÍFICOS Para crianças e adolescentes: De acordo com a NOB-RH/SUAS e o documento das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes". Trabalho Social essencial ao serviço: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contra-referência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; garantindo o acesso e a permanência dos usuários no sistema educacional; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos

ACOLHIDA

- Ser acolhido em condições de dignidade;
- Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas;
- Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- Ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

FORMAS DE ACESSO Conforme previsto na Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO: Ininterrupto (24 horas).

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida/Recepção; escuta; construção de plano individual de atendimento; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estímulo ao convívio grupal e social; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; inclusão e acompanhamento junto à rede de ensino, incluindo o transporte e/ou deslocamento a unidade escolar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contra-referência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho, específico para adolescentes; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL
LEI 8.742 DE 7/12/1993 - LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
LEI 8069/90 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PNAS/2004
NORMA OPERACIONAL BÁSICA - NOB
NORMA OPERACIONAL BÁSICA - NOB - RH
TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ORIENTAÇÕES
TÉCNICAS SERVIÇO DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NORMAS ABNT

TERMO DE CREDENCIAMENTO: INCLUSÃO DE CLÁUSULAS

1- ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES

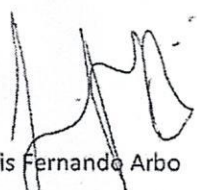
Avaliando a tramitação dos Termos de Credenciamento, segundo o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos junto a alta complexidade- CREAS- constatou-se a necessidade de inclusão das seguintes Cláusulas com menção do Edital de Convocação e previsão expressa no respectivo Termo, segundo a numeração a ser dada na elaboração dos respectivos documentos.

1- Nos termos do prescrito no artigo 92 do Estatuto da Criança e Adolescente, o credenciado na prestação de serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, passa a ser referência para o acolhido e em caso de novo acolhimento, obriga-se a acolher a criança e/ou o adolescente novamente.

2- Nos casos de fuga do acolhido, a instituição deverá comunicar formalmente a Secretaria de Desenvolvimento Social, situação na qual ocorrerá a redução do valor a ser pago no percentual de 80%, garantindo-se a vaga no caso de retorno do abrigado durante o período de vigência contratual. No caso da não comunicação supracitada, a redução do valor será a contar da data efetiva da fuga registrada no Boletim de Ocorrência ou outro registro existente.

São cláusulas a serem incluídas, segundo parecer deste Jurídico.

Ijuí, 02 de julho de 2019.



Luis Fernando Arbo

OAB 59922